

Demonstrações Contábeis

INSTITUTO IGARAPÉ

31 de dezembro de 2018 e 2017

com Relatório do Auditor Independente

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa

 @grupo_audisa

 grupoaudisa.consultores

São Paulo, 11 de julho de 2018

Aos conselheiros e administradores do

INSTITUTO IGARAPÉ
Sra. Ilona Szabó
Rua Miranda Valverde, nº64 – Casa
Botafogo – RJ
Cep.: 22.281-000

Ref.: Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Prezado (as) senhor (as),

Pelo presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S^a., o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 do **INSTITUTO IGARAPÉ**.

Atenciosamente,

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP “S” “RJ” 024298/O-3

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br



INSTITUTO IGARAPÉ

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2018 e 2017

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	4
BALANÇO PATRIMONIAL.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO.....	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	11

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br



INSTITUTO IGARAPÉ

CNPJ. : 14.051.935/0001-01

“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”**Opinião sobre às Demonstrações Contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO IGARAPÉ** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado do período, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião sobre às Demonstrações Contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa @grupo_audisa grupoaudisa.consultores

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa

 @grupo_audisa

 grupoaudisa.consultores

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 11 de julho de 2019

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP “S” “RJ” 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP “S” “RJ” 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa

 @grupo_audisa

 grupoaudisa.consultores

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1BF8-685F-1FD8-4F12> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1BF8-685F-1FD8-4F12



Hash do Documento

CFDA28BFB0A331B22ABBEAA2F6FEE06FC27AA75415D401C5339ACB344187A3B0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 11/07/2019 é(são) :

- Alexandre Chiaratti Do Nascimento (Signatário) - 147.823.488-19
em 11/07/2019 13:40 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

Ativo	Nota Explicativa	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.678.879	2.474.502
Recursos de projetos a receber	6	754.395	2.919.101
Outros ativos circulantes		77.012	85.691
		3.510.286	5.479.294
Não Circulante			
Imobilizado	7	60.676	107.344
Intangível	7	553	14.309
		61.229	121.654
Total do ativo		3.571.515	5.600.947,84
Passivo			
Circulante			
Obrigações tributárias e sociais	8	50.162	77.911
Fornecedores	9	14.496	55.959
Recursos de projetos a realizar	10	2.125.054	3.588.861
Provisões	11	268.195	286.747
		2.457.907	4.009.479
Patrimônio Líquido			
Patrimônio social		1.591.469	1.205.732
Superávit / Déficit do período	12	(477.861)	385.737
		1.113.608	1.591.469
Total do passivo e patrimônio líquido		3.571.515	5.600.948

INSTITUTO IGARAPÉ
ILONA SZABÓ DE CARVALHO

GISELE DE OLIVEIRA
CRC-RJ 119178/O-8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais)

	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS		
Com restrições		
Receita de Projetos	5.571.790	6.352.059
Receita de Serviços Prestados	127.677	-
	5.699.467	6.352.059
Sem restrições		
Receitas de Doações	1.109.774	392.014
Deduções das receitas operacionais	(146.645)	-
Receita Líquida de Atividades com Assistência Social	6.662.596	6.744.073
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		
Custos gerais projetos	(6.940.479)	(5.966.051)
Gerais e administrativas	(221.662)	(443.323)
Impostos e taxas	(19.588)	(221)
Despesas financeiras	(23.756)	(23.868)
Depreciação e amortização	(28.319)	(29.801)
	(7.233.805)	(6.463.265)
Superávit (Déficit) Operacional	(571.209)	280.808
Receitas de Outras Atividades	-	27.538
Receita de Trabalho Voluntário	3.816	1.049
Receitas financeiras	89.532	76.342
Receita Bruta Não Operacional	93.348	104.929
Superávit / Déficit do Exercício	(477.861)	385.737

Demonstração do Resultado Abrangente referente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em reais)

	2018	2017
Superavit / Déficit do Exercício	(477.861)	385.737
Resultado abrangente total	(477.861)	385.737

INSTITUTO IGARAPÉ
ILONA SZABÓ DE CARVALHO

GISELE DE OLIVEIRA
CRC-RJ 119178/O-8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT DO PERÍODO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.840.012	(634.280)	1.205.732
Incorporação do Déficit do exercício findo em 31 de dezembro de 2016	(634.280)	634.280	-
Superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2017	-	385.737	385.737
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.205.732	385.737	1.591.469
Incorporação do Superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2017	385.737	(385.737)	-
Déficit do exercício findo em 31 de dezembro de 2018	-	(477.861)	(477.861)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.591.469	(477.861)	1.113.608

INSTITUTO IGARAPÉ
ILONA SZABÓ DE CARVALHO

GISELE DE OLIVEIRA
CRC-RJ 119178/O-8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Fluxo de Caixa referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superavit / Déficit do Exercício	(477.861)	385.737
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação e amortização	28.319	29.801
Ajustes de exercícios anteriores	-	(657.378)
	<u>(449.542)</u>	<u>(241.840)</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Recursos de projetos a receber	2.164.706	(2.397.636)
Outros ativos circulantes	8.679	(84.887)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(41.464)	39.046
Obrigações tributárias e sociais	(27.749)	12.370
Recursos de projetos a realizar	(1.463.807)	917.043
Provisões	(18.552)	169.028
	<u>621.814</u>	<u>(1.345.035)</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>172.271</u>	<u>(1.586.875)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição / baixa de imobilizado	32.106	(53.252)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	<u>32.106</u>	<u>(53.252)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>204.377</u>	<u>(1.640.127)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.474.502	4.114.629
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	<u>2.678.879</u>	<u>2.474.502</u>

INSTITUTO IGARAPÉ
ILONA SZABÓ DE CARVALHO

GISELE DE OLIVEIRA
CRC-RJ 119178/O-8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018

1 Contexto Operacional

INSTITUTO IGARAPÉ é uma “ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS”, pessoa jurídica de direito privado, com atividades nas áreas sociais. O Instituto foi criado em 2011, com o objetivo de melhorar a eficácia das políticas públicas e da ação social, através da criação de sinergias entre diversos temas, setores e atores envolvidos na elaboração de pesquisas e implementação de políticas públicas e projetos de desenvolvimento local.

Com foco na dedicação à integração das agendas da segurança e do desenvolvimento, o Instituto propõe soluções alternativas à desafios sociais complexos, através de pesquisas, formação de políticas públicas e articulação.

A abordagem do Instituto ocorre através do diagnóstico de desafios por pesquisas de ponta, incentivo ao debate visando a formulação de políticas pública e articulação nas esferas pública e privada, e o desenho de soluções individualizadas e com enfoque humano. O Instituto Igarapé atualmente trabalha com três macro-temas: política sobre drogas nacional e global; prevenção e redução da violência e assistência internacional.

O Instituto é referência para governos, setor privado, agências internacionais e não governamentais e para a mídia. Com sede no Rio de Janeiro e com representação em Brasília e São Paulo, possui parcerias e projetos no Brasil, Colômbia, Haiti, México, Guatemala, Estados Unidos e na África e Europa.

Em conformidade com seu Estatuto Social e como demonstrado pelas suas despesas e investimentos patrimoniais, a Entidade aplicou todos os seus recursos em suas finalidades institucionais.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo como base a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e nos aspectos não abordados por esta interpretação, a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A Entidade optou por apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa é apresentada pelo método indireto.

3 Formalidade da escrituração contábil – Resolução CFC Nº 1330/11 (ITG2000)

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018

4 Principais práticas contábeis adotados

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade são:

a) Moeda funcional e de apresentação:

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua (“moeda funcional”). As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade e, também, a sua moeda de apresentação.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa:

Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo compreendem o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras com prazo inferior a 90 dias contados da data da aplicação. Estes são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os equivalentes de caixa são mantidos, com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

c) Aplicações de Liquidez Imediata:

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores aplicados acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

d) Recursos de Projetos:

O Instituto recebe recursos financeiros provenientes de Doações, Convênios ou Termos de Parcerias, mantidos com Entidades Privadas Nacionais e Estrangeiras, com objetivo de operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas, de acordo com o instrumento jurídico celebrado.

Os valores contratados de projetos e atividades são inicialmente registrados na rubrica “Recursos de Projetos a Receber” em contrapartida a rubrica “Recursos de Projetos a Realizar”. A medida que os recursos são recebidos é registrada a baixa contábil do valor a receber. Ainda, a medida que os projetos e atividades para os quais foram contratados são executados é registrada a baixa do valor a realizar em contrapartida a rubrica de Receita de Projetos na demonstração de resultado.

Periodicamente, a Entidade presta conta aos interessados de todo o fluxo financeiro e operacional dos projetos e atividades para qual foi contratada, ficando a respectiva documentação à disposição para qualquer fiscalização.

Quando existe a possibilidade de não recebimento dos valores contratualmente devidos dos Termos de Parceria e/ou Convênios, uma provisão para perdas estimadas (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) é constituída.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018

e) Imobilizado:

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e do valor de perda não recuperável, se aplicável.

A depreciação é calculada usando o método linear sobre o valor de custo menos o valor residual do bem durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Máquinas e equipamentos – 10 anos
- Veículos – 5 anos
- Móveis e utensílios – 10 anos
- Computadores e periféricos – 5 anos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo imobilizado (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A Entidade, com o objetivo de avaliar as consequências de eventuais mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus ativos, realiza periodicamente a revisão dos respectivos valores contábeis líquidos em relação ao seu valor justo.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

f) Passivo Circulante:

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

g) Provisões:

Uma provisão é reconhecida quando possui uma obrigação legal ou presumida que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados.

Uma provisão para riscos é constituída mediante avaliação e quantificação de contingências atuais ou futuras, ajuizadas ou não, cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da administração do Instituto e de seus assessores legais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018

h) As Despesas e as Receitas:

As receitas, despesas e custos foram apurados pelo regime de competência de exercícios, conforme legislação em vigor.

i) Apuração do Resultado:

As receitas, despesas e custos que compõem o resultado foram apurados segundo o regime de competência. As receitas de projetos são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os ativos e passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

j) Estimativas contábeis:

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota 2 requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Recursos em caixa	6	31
Banco Conta Movimento	124	371.868
Aplicações Financeiras	2.678.749	2.102.603
Total	2.678.879	2.474.502

6 Recursos de projetos a receber

	2018	2017
Projeto Air	-	208.148
Projeto Canada África	159.103	1.561.411
Projeto Lafer Carcerária	-	188.350
Projeto Copcast SC	106.633	789.071
Projeto FCO 2017	-	37.175
Projeto Prio	-	65.066
Projeto OS Cyber	-	53.161
Projeto Canada WPS 2017	-	16.719
Projeto FCO 2018	3.837	-
Projeto Uber	374.171	-
Projeto ONU Mulheres	39.100	-
Projeto Porticus	-	-
Projeto Australia	71.550	-
Total	754.395	2.919.101



Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018

7 Imobilizado e Intangível

	Taxa	Custo	Depreciação	Valor Líquido	
				2018	2017
IMOBILIZADO					
Máquinas e Equipamentos	10%	20.125	(8.208)	11.917	19.821
Móveis e Utensílios	10%	55.936	(19.018)	36.919	42.762
Equipamentos de Informática	20%	85.175	(73.334)	11.840	44.761
Total Imobilizado		161.236	(100.560)	60.676	107.344
INTANGÍVEL					
Software	20%	2.326	(1.773)	553	14.309

8 Obrigações sociais e tributárias

Correspondem aos registros de valores relativos aos encargos sociais e impostos sobre a folha de pagamento e de serviços de terceiros, e que a Entidade apenas repassa aos Órgãos Governamentais.

	2018	2017
INSS a Recolher	24.058	25.723
INSS de Terceiros a Recolher	0	1.065
FGTS a Recolher	8.093	7.887
ISS S/ Receita Própria a Recolher	175	8.159
IRRF a Recolher (COD 1708)	1.301	2.235
PIS/COFINS/CSLL – LEI 10.833	4.317	6.984
IRRF (COD 3208)	3.256	3.256
IRRF S/ Folha a Recolher (COD 0561)	7.477	12.234
COFINS S/ Receita Própria a Recolher	381	7.752
PIS/ Folha a Recolher	1.012	1.331
ISS Terceiros	92	1.285
Total	50.162	77.911



Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018

9 Obrigações em curto prazo

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, e outras obrigações.

10 Recursos de projetos a realizar

	2018	2017
Projeto Air	-	295.586
Projeto Canada África	187.647	1.531.262
Projeto Lafer Carcerária	-	119.637
Projeto Copcast SC	366.288	790.987
Projeto IDRC	-	26.162
Projeto FCO 2017	-	25.788
Projeto Prio	-	87.213
Projeto Hot Spot	39.199	92.386
Projeto OS Cyber	-	173.171
Projeto Observatório 2 Porticus	-	174.488
Projeto Noruega 2016	-	5.046
Projeto Sida	-	10.163
Projeto Canada WPS 2017	-	61.581
Projeto Subscription	-	54.161
Projeto Open Institucional	-	135.813
Projeto OS Campanha Regional Homicídio	-	5.416
Projeto Omidyar	98.652	-
Projeto FCO 2018	3.837	-
Projeto OSF Grant	86.435	-
Projeto Telmex	433.431	-
Projeto Uber	374.171	-
Projeto ONU Mulheres	69.394	-
Projeto Porticus	394.451	-
Projeto Australia	71.550	-
Total	2.125.054	3.588.861

11 Provisões

	2018	2017
Provisões de Férias e Encargos	31.322	49.874
Provisão para rescisão contratual	236.873	236.873
Total	268.195	286.747

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018

12 Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido está apresentado em valores atualizados e compreende o resultado deficitário do período, o patrimônio social e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018.

Patrimônio Líquido	2018	2017
Patrimônio Social	1.591.469	1.205.732
Superávit / Déficit do Período	(477.861)	385.737
Total do Patrimônio Líquido	1.113.608	1.591.469

13 Aplicação de recursos

A Entidade aplicou todos os seus recursos em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social demonstrado pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

14 Resultado do período

O déficit do período de 2018 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social, Entidades sem Finalidade de Lucro.

15 Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o indireto.

16 Imunidade Tributária

O INSTITUTO IGARAPÉ é imune à incidência de tributação sobre seus resultados e operações por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. Em conformidade com a legislação pertinente, o Instituto cumpre com todos os requisitos para o gozo da imunidade tributária.

17 Requisitos para imunidade tributária

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018

- a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.4º- parágrafo Primeiro do Estatuto Social);
- b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 30º - parágrafo Segundo do Estatuto Social);
- c) Mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (Art. 35 do Estatuto Social).

18 Formalização dos projetos sociais

I - Segurança cidadã

a) Campanha Instinto de Vida

Visando alcançar uma redução mensurável dos homicídios, o Instituto Igarapé lançou e coordenou a campanha Instinto de Vida em 2017. Cerca de 60 organizações aderiram à iniciativa desde o lançamento, trabalhando por um impacto coletivo através de apoio técnico a autoridades e da formação de redes de cidadãos. Todas as estratégias propostas pela campanha são baseadas em evidências científicas.

A campanha foi lançada durante reunião do Fórum Econômico Mundial em Buenos Aires e, posteriormente, em sete países - Brasil, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Honduras, México e Venezuela. A campanha estimulou a formação de uma Frente Parlamentar para a Redução de Homicídios no Brasil, e prefeitos de cidades como Belo Horizonte, Caruaru, Cachoeirinha, Pelotas, Recife, Santa Maria e Novo Hamburgo – bem como autoridades estaduais de Pernambuco e do Rio Grande do Sul – se comprometeram a implementar suas recomendações.

Ao longo do ano, as atividades e eventos da campanha foram divulgadas em cerca de mil matérias em meios de comunicação ao redor do mundo, incluindo 156 artigos de opinião publicados em diversos países.

b) Parceiros da Segurança Pública

Em seu terceiro ano, a iniciativa Parceiros da Segurança Pública consiste no engajamento de representantes-chave do setor privado do Rio de Janeiro na qualificação e modernização das políticas de segurança pública do estado.

Em 2017, o grupo manteve o investimento em melhorias para a ferramenta de análise criminal ISPGeo, seu principal produto. Também participaram de reuniões com ministros e representantes do Supremo Tribunal Federal e dos ministérios da Defesa e da Justiça. Em parceria com o Instituto de Segurança Pública (ISP), o grupo apoiou, ainda, o treinamento dos analistas criminais da PMERJ, PCERJ e SESEG, e da Guarda Municipal da cidade do Rio de Janeiro.

Os Parceiros da Segurança Pública buscam identificar estratégias inovadoras e ações que promovam a segurança pública e a justiça no Rio de Janeiro.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018

c) Regulamentação responsável de armas e munições

O Instituto Igarapé trabalha para fortalecer a capacidade de rastreamento das armas apreendidas no estado do Rio de Janeiro, propondo e apoiando iniciativas do Legislativo, além da articulação de órgãos de inteligência e investigação para a identificação de ferramentas e boas práticas no enfrentamento do tráfico de armas e munições.

Participamos da elaboração do projeto de lei que institui a Política Estadual de Controle de Armas e da Campanha Desvio Letal. No nível federal, o Instituto manteve sua incidência junto ao Congresso para a manutenção do Estatuto do Desarmamento, bem como junto aos ministérios da Defesa e da Justiça para o aperfeiçoamento de sua implementação.

O Instituto continuou somando forças à Coalizão pela Exportação responsável de armas, que reúne as principais organizações atuando pela plena ratificação do Tratado sobre Comércio de Armas pelo governo brasileiro.

d) Hackathon ColaborAmerica

O Instituto Igarapé realizou, em parceria com o Grupo Mosaico de Negócios da Internet (co-financiador), ColaborAmerica, Minas Programam, Columbia Global Centers-RJ e DataLabe, um *hackathon* durante o festival ColaborAmerica no Rio de Janeiro.

Com foco na inclusão de moradores de baixa renda da região metropolitana, a equipe de especialistas do Igarapé trabalhou com 12 hackers para criar soluções baseadas em dados para melhorar a segurança pública no estado do Rio de Janeiro. O *hackathon* teve duração de 72 horas e atraiu intensa cobertura da mídia antes, durante e depois do evento, divulgado pela GloboNews, entre outros veículos.

Duas soluções foram idealizadas - uma plataforma e rede social para acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica, e um chatbot (ou robô de conversação) para ampliar o acesso de cidadãos a informação jurídica de qualidade.

e) Smart Policing

A iniciativa Smart Policing visa aumentar a transparência das operações policiais, melhorar a segurança pública e as relações entre policiais e comunidades. Seu principal produto é o Copcast, um aplicativo para celulares Android que monitora vídeo, áudio e geolocalização de policiais em serviço.

Em 2017, o Igarapé firmou acordos com a Polícia Militar de Santa Catarina e com a Polícia de Jersey City, no Estado de Nova Jersey (EUA), para realizar experimentos aleatorizados e avaliar o impacto dessa nova tecnologia. O experimento em Santa Catarina, com financiamento do EGAP (Universidade da Califórnia, Berkeley), conta ainda com a colaboração de pesquisadores das Universidades de Warwick (Reino Unido) e da PUC-RJ. Em Jersey City, contamos com apoio institucional da Google Jigsaw.

O objetivo é verificar se o uso de câmeras corporais por policiais impacta no uso da força e nas queixas dos cidadãos contra os policiais, além de melhorar a qualidade das evidências relacionadas a crimes e a coleta de dados.

O Igarapé criou uma entidade sem fins lucrativos nos EUA, cujo principal objetivo será investir em dar escala ao Copcast e estender seu uso a policiais e socorristas de todo o país.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018

f) CrimeRadar

CrimeRadar é uma plataforma digital que aplica algoritmos de aprendizado de máquina para prever padrões de crime. Em 2017, o Instituto trabalhou em parceria com pesquisadores da PUC-RJ e iniciou a reconstrução do algoritmo do aplicativo, desenvolvendo e testando 12 modelos estatísticos.

O app foi acessado mais de 5.500 vezes em 2017 e obteve ampla cobertura da mídia. Em 2018, a Igarapé vai desenvolver e testar o software CrimeRadar em parceria com a Polícia Militar de Santa Catarina e pesquisadores da PUC-RJ.

O Instituto também está estudando oportunidades para testar o CrimeRadar na Índia e na África do Sul.

g) Projeto de Policiamento Comunitário Metaketa IV

A Polícia Militar de Santa Catarina está implementando a Rede Vizinhos, uma estratégia de policiamento comunitário na qual uma rede é organizada entre comunidades e Polícia Militar.

O programa promove a formação de grupos de vizinhos visando conscientizar os moradores sobre segurança e promover a troca de informação qualificada entre a polícia e a comunidade. Policiais militares participam de reuniões presenciais periódicas e interagem com a população por grupos de mensagens instantâneas.

O Instituto Igarapé está trabalhando em parceria com pesquisadores da PUC-Rio e da Universidade de Warwick, no Reino Unido, na elaboração e condução de experimentos aleatorizados em 2018 e 2019, para avaliar o efeito do programa sobre a criminalidade, a eficiência da resposta policial e a percepção do público sobre a segurança e a atividade policial.

II - Consolidação da paz

a) Civis e Operações de Paz

Desde 2010, o Instituto Igarapé vem trabalhando para melhorar o preparo de civis brasileiros que atuam em contextos instáveis. Em 2014, o Instituto organizou um curso para civis em parceria com o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

Em 2016, o CCOPAB incluiu o curso em seu catálogo oficial, prova de que conseguimos inserir o assunto na agenda nacional.

Em 2017, pelo quarto ano consecutivo, o curso foi oferecido a civis brasileiros. Até o momento, quase 100 profissionais foram treinados, incluindo juízes, promotores, oficiais de inteligência e agentes penitenciários, entre outros, inclusive profissionais da ABIN e da EMBRAPA, por exemplo.

Esses esforços geram impacto real no país, na medida em que qualificam o treinamento formal em segurança e proteção recebido por civis brasileiros que trabalham em contextos instáveis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018

b) A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)

Em outubro de 2017, as Nações Unidas concluíram sua missão de manutenção da paz no Haiti (MINUSTAH), na qual o Brasil desempenhou um papel fundamental. A missão foi a mais importante dos 70 anos da participação do Brasil em operações de paz da ONU, tendo sido inclusive liderada por um brasileiro do início ao fim.

Para entender melhor o papel do Brasil no Haiti, o Instituto Igarapé publicou uma análise da participação do Brasil na operação, fornecendo recomendações e apontando melhores práticas para futuras missões.

A edição obteve ampla cobertura da mídia no Brasil, e rendeu também a publicação de um artigo de opinião no *Le Monde Diplomatique*. As versões em inglês e espanhol da edição serão publicadas em 2018.

c) Observatório de Migrações Forçadas

Em 2017, o Igarapé deu início ao desenvolvimento de uma nova plataforma digital, o Observatório de Migrações Forçadas, que oferece uma visualização georreferenciada e interativa da distribuição de deslocados internos no Brasil ao longo do tempo.

O Brasil não possui mecanismos para mensurar a escala do deslocamento forçado no país, e tampouco um marco legal que garanta direitos a pessoas deslocadas por desastres naturais, projetos de infra-estrutura e violência urbana e rural.

Os resultados preliminares do projeto foram apresentados na conferência *Build Peace 2017*, na Colômbia, com cobertura em mais de 120 meios de comunicação, incluindo 13 artigos publicados em veículos destacados como *The Guardian*, Fórum Econômico Mundial, *Americas Quarterly* e outros.

O Instituto Igarapé participou da mobilização pela aprovação da Nova Lei de Migrações (Lei 13.455/17), e também contribuiu para a aprovação do projeto de lei 557/2016, que dispõe sobre a isenção de taxa de revalidação de diploma para refugiados.

d) Mulheres, paz e segurança

Em 2017, o Instituto Igarapé continuou promovendo a agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS). Apoiamos o governo brasileiro na implementação de seu primeiro Plano Nacional de Ação (PNA) no assunto, e contribuímos, por meio de pesquisa e articulação em redes, para o fortalecimento da sociedade civil para trabalhar com o tema.

Nossa pesquisa sobre mulheres nas Forças Armadas brasileiras, também lançada em 2017, foi elogiada como um diagnóstico sério e útil da situação atual. Também elaboramos um manual e realizamos um treinamento piloto sobre gênero e atuação militar em parceria com o CCOPAB e a ONU Mulheres. No nível regional, identificamos lições aprendidas sobre a incorporação de mulheres e de uma perspectiva de gênero no processo de paz colombiano.

Apoiamos o intercâmbio de boas práticas entre Brasil e Colômbia no âmbito da atenção à violência contra mulheres, com foco no trabalho policial.

O Igarapé foi fundamental na formação da Rede MPS-Brasil, reunindo 12 indivíduos e organizações para tratar de questões como as consequências da violência urbana na vida das mulheres, algo ainda não refletido no PNA Brasileiro.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018

e) Inovação na Prevenção de Conflitos

O projeto Inovação na Prevenção de Conflitos (Innovation in Conflict Prevention – ICP) busca identificar e analisar inovações na prevenção de conflitos em seis países localizados em três regiões da África: o Grande Sahel, a Região dos Grandes Lagos e Chifre da África.

A iniciativa visa apoiar as Nações Unidas (ONU), a União Africana (UA) e as Comunidades Econômicas Regionais (CER), bem como atores nacionais e locais de forma a evitar a eclosão, escalada e/ou reincidência de conflitos armados. O Igarapé firmou parceria com o Institute for Security Studies (ISS) para implementar o projeto, que terá Guiné-Bissau, Etiópia, Quênia, Somália, Mali e Burundi como estudos de caso.

Em 2017, os pesquisadores do Instituto produziram notas políticas, publicaram inúmeros papers e artigos, inclusive 17 artigos de opinião na mídia internacional, conduziram workshops, participaram de conferências e simpósios em diferentes países.

O Igarapé continua a desempenhar um papel de relevância nos processos de manutenção paz da ONU, refletidos em convites para participar de diálogos de alto nível, inclusive na reunião da Assembleia Geral da ONU.

III - Segurança cibernética

a) O Estado da legislação brasileira sobre governança na internet

Em 2017, o Igarapé continuou seu trabalho nas áreas de segurança cibernética, governança da Internet e liberdades digitais, com o lançamento de um grande relatório, “O Brasil e Marco Civil da Internet – O Estado da Governança Digital”, gerando significativa repercussão na mídia e debate público nas esferas doméstica e internacional.

O Igarapé também avançou esta agenda por meio de uma série de artigos de opinião e reportagens destacadas em importantes publicações internacionais com foco em Inteligência e Defesa, como *Defense One* e *Jane's Intelligence Review*.

O Igarapé também manteve sua parceria e participação na Coalizão Direitos na Rede, uma rede independente com mais de 20 organizações da sociedade civil, ativistas e instituições acadêmicas, unidos pela promoção uma Internet livre e aberta no Brasil.

b) Segurança cibernética e liberdades digitais

O Instituto lançou também um novo programa sobre segurança cibernética e liberdades digitais no Brasil. O projeto busca compreender o ambiente de governança e segurança cibernética da Internet “pós Marco Civil” e identificar os principais desafios que emergem no atual contexto regulatório.

Para isso, o Igarapé iniciou uma série de consultas, reunindo representantes do governo, da sociedade civil, do meio acadêmico e do setor privado para debater o equilíbrio entre segurança e direitos civis/digitais, entre outros temas.

A primeira convocatória ocorreu em dezembro e contou com representantes do Centro de Defesa Cibernética (CDCiber) do Exército Brasileiro, do Comitê Gestor da Internet do Brasil, da Microsoft, da CERT.br, acadêmicos e representantes de organizações da sociedade civil para discutir o estado da política de cibersegurança no Brasil, a segurança de dados pessoais e corporativos, a nova legislação de proteção de dados e como as empresas estão usando informações privadas e dados pessoais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018

c) Política de drogas

Uma das principais áreas de atuação política do Instituto Igarapé desde a sua fundação é a reforma das políticas de drogas - tanto no Brasil como no exterior. Em 2017, o Instituto continuou a influenciar os tomadores de decisão e os formadores de opinião sobre a descriminalização do uso de drogas através de articulação e pesquisa.

A diretora executiva do Igarapé, Ilona Szabó, publicou o livro "Drogas: as histórias que não te contaram", bem recebido no Brasil no Exterior, com cinco eventos de lançamento e grande repercussão na mídia. O Igarapé também lançou o novo relatório da Comissão Global de Políticas sobre Drogas, em São Paulo, e organizou uma reunião de alto nível da comunidade da Justiça Criminal com o juiz do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso para discutir o assunto e questões mais amplas sobre políticas de drogas.

O Instituto organizou uma série de reuniões de alto nível e debates públicos com atores chave do tema ao longo de 2017 e implementou uma estratégia de mídia direcionada a impactar o julgamento em curso sobre a descriminalização do uso de drogas no STF.

"Isso é incrível! Trabalho incrível!"

Tony Newman, diretor de mídia da Drug Policy Alliance (sobre o impacto de um artigo sobre política de drogas)

"Me identifiquei muito com a visão da diretora com relação à violência e à política de combate às drogas. Desejo parabenizar a diretora e todos que trabalham no Instituto Igarapé"

José Alexandre dos Santos, Delegado da Comissão de Prerrogativas da OAB/RJ, (sobre a entrevista de Ilona Szabó para a revista Tribuna do Advogado).

IV - Cidades seguras

a) Apoiando redes de cidades globais

Cidades do mundo todo estão se conectando em redes e se capacitando para lidarem com alguns dos problemas mais complexos da atualidade. Em 2017, o Instituto Igarapé ampliou seu trabalho e ação na promoção de parcerias entre cidades. Por exemplo, o Instituto está no conselho consultivo do Parlamento Global de Prefeitos (Global Parliament of Mayors).

O Igarapé também participa do Conselho de Cidades e Urbanização do Fórum Econômico Mundial, de cujo encontro, em Davos, participamos novamente esse ano. Ministramos palestras sobre fragilidade urbana e resiliência em outros eventos de grande porte em 2017, incluindo o TED, o Global Smart City Summit, o Chicago Global Cities Summit e muitos outros eventos públicos e privados.

b) Visualização de dados sobre cidades frágeis

Em 2017, o Instituto Igarapé apresentou sua plataforma de visualização de dados sobre cidades frágeis em Davos, bem como em diversos outros fóruns globais. Além disso, o Instituto firmou parceria com o CREATE Lab, da Carnegie Mellon University, para a visualização de dados sobre cidade e clima no aplicativo Earth Timelapse.

A plataforma Earth Timelapse rastreia riscos climáticos e induzidos pelo homem, como fluxos de refugiados, terrorismo entre outros, em escala planetária, nas últimas três décadas. A plataforma inclui mais de 2.100 cidades mapeadas de acordo com seus níveis de fragilidade.

Os resultados repercutiram na mídia global, inclusive na BBC, CNN, The Guardian, O Globo e muitos outros veículos.



Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2018

c) Observatório de Prevenção da Violência em Paraty

O município de Paraty registra alguns dos maiores índices de violência letal do estado do Rio de Janeiro. O Instituto Igarapé, em parceria com a Prefeitura e várias secretarias municipais, desenvolveu uma solução tecnológica que visa melhorar a sistematização e cruzamento de dados, aumentando a capacidade de monitoramento dos focos de violência na cidade e facilitando o diagnóstico e a formulação de políticas de prevenção, com foco principalmente nos jovens.

O Observatório de Prevenção da Violência é uma plataforma digital que centraliza, sistematiza e monitora dados de educação, saúde e desenvolvimento social para ajudar a direcionar estratégias de intervenção nos bairros mais vulneráveis de Paraty.

A plataforma acompanha uma série de métricas, como evasão escolar, violência doméstica, abuso sexual, saúde mental e dependência de drogas, para ajudar a prevenir e reduzir a insegurança em pontos críticos.

O Instituto Igarapé está preparando uma versão atualizada do Observatório em 2018 e tentará replicar a plataforma em outras cidades do Brasil e da América Latina.

INSTITUTO IGARAPÉ
ILONA SAZABÓ DE CARVALHO

GISELE DE OLIVEIRA
CRC – RJ11917808